

A **Companhia Carris Porto-Alegrense**, localizada na Rua Albion, 385, Porto Alegre, RS, CEP 91530-010, através do pregoeiro e equipe de apoio designados pela Portaria nº 11111-991 torna público o presente certame, do tipo **menor preço**, com as condições a seguir estabelecidas.

A informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do sítio da Companhia Carris Porto-Alegrense - www.carris.com.br, ou no sítio: www.portaldecompraspublicas.com.br.

1. DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

1.1. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL - A presente licitação reger-se-á pelas disposições da Lei Federal n.º 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Municipal nº 14.189, de 13/05/2003, aplicando-se subsidiariamente a Lei n.º 8.666/93 e alterações, Leis Complementares nº 123/06 e 147/14, bem como as demais normas pertinentes à matéria, em especial, as do presente edital.

1.2. DATA DE ABERTURA – 27 de dezembro de 2016.

1.3. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 8h45min

1.4. ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 9h

1.5. INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE LANCES: às 11h

1.6. TEMPO DE DISPUTA: Será estipulado pelo pregoeiro, e acrescido do tempo randômico, determinado pelo sistema.

1.7. FORMALIZAÇÃO DE DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS (até no máximo 03 – três – dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública) **E/OU IMPUGNAÇÕES:** observando o prazo legal. O fornecedor deverá utilizar, se necessário,—o sítio do Portal de Compras Públicas na área de Dúvidas e Esclarecimentos e/ou Impugnações do respectivo certame.

1.8. REFERÊNCIA DE TEMPO: para todas as referências de tempo será considerado o horário de Brasília-DF.

1.9. OBJETO SOB LICITAÇÃO - A finalidade da presente licitação é a aquisição parcelada de EPI's (novos e sem uso), conforme detalhamento contido no Anexo II.

1.10. ANEXOS - Integram o presente edital para todos os fins, especialmente para conhecimento mais amplo dos compromissos a serem assumidos e da abrangência total do(s) objeto(s) licitado(s), os anexos que o acompanham, a saber:

- ⇒ ANEXO I - Declaração de idoneidade e Declaração de cumprimento do inciso XXXIII, art. 7º da Constituição Federal, conforme Lei nº 9.854 de 27/10/1999 e Decreto nº 4.358 de 05/09/2002 (modelo)
- ⇒ ANEXO II - Detalhamento do objeto
- ⇒ ANEXO III - Formulário para propostas – Itens isolados e Lote
- ⇒ ANEXO IV – Minuta do Contrato
- ⇒ ANEXO V – Declaração Negativa de Doação Eleitoral – Lei Municipal 11.925/2015 (modelo)

1.11.1 O PRESENTE PREGÃO ELETRÔNICO DESTINA-SE À PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, ASSIM DEFINIDAS EM LEI.

1.11.2. Podem participar da presente licitação as empresas interessadas que atendam as exigências constantes neste edital e seus anexos.

1.11.3. Encontram-se impedidos de participar do presente certame os interessados que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV, do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

1.11.4. Não poderão participar os interessados que estiverem em recuperação judicial, dissolução, liquidação ou concurso de credores.

1.11.5. Será vedada a participação simultânea de empresas cuja formação societária contenha um ou mais sócios concomitantes (Acórdão nº. 1606/2008 – 1ª. Câmara – TCU).

1.11.6 É vedada a participação de empresas em consórcio.

1.11.7 As empresas que não se enquadrarem como microempresas ou empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, não poderão participar.

2. DOS PROCEDIMENTOS INICIAIS

2.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da *INTERNET*, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases, com apoio técnico e operacional da Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre – PROCEMPA.

2.2. O certame será realizado através da utilização do Portal Eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, conforme acordo de cooperação técnica celebrado entre a Confederação Nacional de Municípios e o Município de Porto Alegre, tendo a PROCEMPA, entidade responsável pelo provimento de solução eletrônica para os órgãos integrantes da Administração Pública do Município de Porto Alegre.

2.3. Os trabalhos serão conduzidos por funcionário da Unidade de Compras da Companhia Carris Porto-Alegrense denominado “Pregoeiro”, com o suporte de sua Equipe de Apoio, os quais, juntamente com a autoridade competente do órgão promotor da licitação, formam o conjunto de operadores do sistema do Pregão Eletrônico.

3. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E DA EFETIVA PARTICIPAÇÃO

3.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtida através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.

3.2. Os interessados deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema.

3.3. Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

3.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a Confederação Nacional de Municípios, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.6. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observado data e horário limite estabelecido.

3.7. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

3.8. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

4.1. As propostas serão recebidas até a data e horário estipulados neste edital, sempre obedecendo ao horário oficial de Brasília. A disputa terá início na data e horário estipuladas neste edital, em sessão pública de pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, avaliadas e aceitas pelo Pregoeiro. O anexo relativo ao formulário de propostas (anexos III) deste edital, deverá ser entregue com os valores unitários e totais do respectivo lote (levando em conta os preços de referência) **somente pelo(s) vencedor(es) do certame**, juntamente com o envelope da documentação habilitatória.

4.2. Aberta à etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

4.3. Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance por ele ofertado e registrado no sistema.

4.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

4.5. Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

4.6. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retomando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

4.6.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através de mensagem eletrônica, divulgando data e hora da reabertura da sessão.

4.7. A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo pregoeiro, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

4.8. O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

4.9. É vedada a desistência dos lances já ofertados sujeitando-se o proponente às sanções previstas no art. 14 do Decreto Municipal 14.189, de 13/05/2003.

4.10. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

4.11. Em caso de empate real de valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, será realizado sorteio entre essas, para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5. DA PROPOSTA E AMOSTRA

5.1. Será exigida ao **licitante vencedor** do certame a AMOSTRA do item/lote cotado, que terá o prazo de até 03 (três) dias úteis após ser considerado vencedor pelo sistema do Pregão Eletrônico do Cidade Compras; devendo a respectiva amostra ser entregue na Unidade do SESMT da Carris. A amostra fará parte integrante da proposta comercial e estará sujeita à aprovação da equipe técnica da Carris. Observada qualquer irregularidade na amostra, bem como no prazo acima, esta será considerada reprovada, ensejando a não adjudicação do fornecedor. Passando, por conseguinte, a ser chamado o segundo colocado que terá o mesmo prazo anteriormente citado para apresentação da amostra, assim, sucessivamente.

5.2. Os preços propostos serão considerados completos, abrangendo todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para-fiscais), fornecimento de mão-de-obra especializada, leis sociais, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal e qualquer despesa acessória e/ou necessária, não especificada neste edital para o fornecimento e entrega dos materiais na sede da Carris, na Rua Albion, n. 385, bairro São José, Porto Alegre/RS.

5.3. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, devendo o valor unitário proposto corresponder à unidade solicitada e com no máximo 2 (duas) casas decimais.

5.4 As marcas citadas no Anexo II servem como referência, podendo ser cotado material de **igual ou superior qualidade** (respeitados os detalhamentos técnicos elencados), desde que aprovada pela área técnica da Cia Carris, sob pena de desclassificação da proposta comercial. As marcas referendadas poderão ser diligenciadas nos respectivos sítios das empresas fabricantes/representantes, bem como junto à área técnica da Cia Carris.

5.5. Deverá ser cotada pelo menos uma marca para cada item constante neste edital sob pena de desclassificação do item correspondente e, preferencialmente, a referência do produto (do fabricante). A ocorrência de mais de uma marca (por item) facultará a Administração a opção por uma ou mais, respeitando o disposto no item acima.

5.6. Os proponentes deverão cotar **todos os itens do respectivo lote**, sob pena de desclassificação da proposta comercial, podendo porém optar por qual(is) lote(s) irá(ão) cotar.

5.7 A eventual desclassificação de um ou mais item da proposta do lote acarretará a desclassificação de todo o lote.

5.8. É de inteira responsabilidade do ofertante o preço e demais condições apresentadas, salvo se no momento da abertura da proposta for alegado erro, e aceito pelo Pregoeiro, será registrado em ata, devendo o item ser desconsiderado da proposta.

5.9. A proposta terá validade conforme o art. 64, parágrafo 3.º da Lei 8.666/93, isto é, 60 (sessenta) dias.

5.10. Serão desclassificadas as propostas que:

5.10.1. não atenderem as normas deste edital ou da legislação em vigor, no todo ou em parte;

- 5.10.2.** forem manifestadamente inexecutáveis ou apresentarem preços excessivos, conforme inciso II do art. 48 da Lei 8.666/93;
- 5.10.3.** estiverem incompletas, isto é, não conterem informação(ões) suficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação do material licitado;
- 5.10.4** contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente edital, ou seja, manifestadamente inexecutáveis, por decisão do Pregoeiro.
- 5.10.5** o fornecedor não apresentar as amostras solicitadas pelo edital para que seja feita a devida análise pelo SESMT.
- 5.10.5** as amostras, caso venham a ser apresentadas, não forem aprovadas pela área técnica da Cia Carris.
- 5.11** O licitante poderá optar por qual(is) item(ns) e/ou lote(s) irá(ão) cotar.

6. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1. A licitação será julgada pelo critério de **menor preço unitário (itens isolados) e/ou total do lote (soma dos valores unitários dos itens)**, em conformidade com o Anexo II, observando-se os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e demais condições definidas neste edital.

6.2. O Pregoeiro anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

6.3. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital.

6.4. A proposta comercial/lance final que apresentar item/lote com preço elevado (com relação ao praticado no mercado, à última compra ou valor orçado pela Administração) poderá ser desclassificada/não ser adjudicada.

6.5. O pregoeiro poderá negociar com o licitante que tenha apresentado a proposta de menor preço para que seja obtido valor melhor para a administração.

6.6. Aceita a proposta de menor preço serão examinados os documentos de habilitação do licitante que a tiver formulado para verificação do atendimento das condições fixadas no edital.

6.7. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor procedendo-se a respectiva adjudicação.

6.8. É vedada a desistência dos lances já ofertados sujeitando-se o proponente às sanções previstas no art. 14 do Decreto Municipal nº 14.189 de 13/01/2004.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o(s) licitante(s) vencedor(es) deverá(o) apresentar em 03 (três) dias úteis o **Registro Único de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Porto Alegre** para comprovar a regularidade da situação do autor da proposta vencedora, avaliada na forma da Lei nº 8.666/93.

7.2. Se o autor da proposta vencedora não possuir cadastro, se o mesmo não estiver válido, ou as respectivas certidões não estiverem no prazo de validade; ou nas situações em que o edital tenha previsto requisitos de habilitação não compreendidos pela regularidade perante o Cadastro Único de Fornecedores da ACS/SMF da

Prefeitura Municipal de Porto Alegre, o licitante vencedor deverá apresentar a documentação original ou fotocópia autenticada, conforme subitem 7.4, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, na Unidade de Compras da Companhia Carris Porto-Alegrense, sita na Rua Albion, nº 385, bairro São José, Porto Alegre, RS, CEP: 91530-010.

7.2.1. No envelope, com a documentação referida no item 7.2, deverá estar identificado o número do pregoão.

7.3. Se o licitante desatender as exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procederá conforme o item 7.2, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

7.4. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação solicitada mesmo com restrição para obter os benefícios das Leis Complementares nº. 123/2006 e 147/2014.

7.4.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da declaração do proponente vencedor, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.4.2 A não regularização da documentação no prazo previsto no artigo 43, § 1º da Lei Complementar 147 de 07/08/2014, implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato ou revogar a licitação.

7.5. Os documentos de habilitação, a seguir relacionados, deverão estar em plena validade:

a) Declaração do licitante, de que não pesa contra si, declaração de inidoneidade, de acordo com o modelo constante no Anexo I (de preferência em papel timbrado do licitante) e sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo para contratar com o Poder Público, conforme prescreve o § 2º, art. 32, da Lei 8.666/93 e Ofício Circular 040/94 - GEP;

b) Certidão negativa de infração ao disposto no inciso XXXIII, art. 7º da Constituição Federal, acrescido pela Lei 9.854 de 27/10/99, emitida pela Delegacia Regional do Trabalho - DRT ou declaração emitida pelo próprio licitante, conforme modelo (Anexo I);

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Seguridade Social);

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**) mediante apresentação de certificado expedido pela Caixa Econômica Federal (nos termos do art. 27, alínea "a" da Lei nº 8036/90). *"A prova de inexistência de débito perante a CEF será fornecida por Certidão através de Sistema Eletrônico, ficando a sua aceitação condicionada à verificação pela rede de comunicação Internet, em endereço específico, ou junto à CEF."*;

g) Estatuto ou Contrato Social vigente, ou, se empresa individual, Registro Comercial – Requerimento de Empresário Individual. Se o Estatuto ou Contrato Social não contiver a descrição dos administradores, também deverá ser apresentado o documento que comprove a eleição ou ato que os designar.

h) As empresas participantes, para comprovarem o enquadramento de microempresa ou empresa de pequeno porte deverão apresentar prova de registro no

Registro de Empresa Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas e prova de faturamento nos casos do art. 3º da referida LC 123/06.

h.1) A opção pelo Simples Nacional retirado via internet no sítio da Receita Federal devidamente atualizado, atende o solicitado no item “h”.

i) Prova de regularidade relativa a Débitos Trabalhistas mediante apresentação da **CNDT** – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, certificado expedido pela Justiça do Trabalho (nos termos da Resolução Administrativa n. 1470 de 24/08/2011 do Tribunal Superior do Trabalho que institui o Banco Nacional de Devedores Trabalhistas - BNDT).

j) Declaração Negativa de Doação Eleitoral (Anexo V) - Lei Municipal 11.925/2015.

7.6. O Registro Único de Fornecedores – RUF - emitido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre (Secretaria Municipal da Fazenda-SMF / Coordenação Municipal de Compras - CMC), em nome do licitante, **substituirá os documentos elencados no item 7.5, exceto o da alínea “g”**, e o da “j” (quando não constar no RUF), desde que o mesmo, bem como as respectivas certidões, estejam no prazo de validade na data de abertura das propostas. No caso de documentos vencidos no cadastro deverão ser anexados os atualizados, observando a validade do registro cadastral.

7.7. Os documentos apresentados em nome do licitante deverão ter sido expedidos em nome da mesma sede, exceto aqueles válidos para matriz e filiais (isto é, os referidos na alínea “c” e “i” do subitem 7.4), sob pena de desclassificação. O contrato e/ou ordem compra será celebrado com a sede que apresentou a documentação.

7.8. Os documentos apresentados deverão constituir-se de originais ou fotocópias autenticadas em cartório ou por funcionário da administração.

7.9. A aceitação das certidões emitidas por meio eletrônico que exigem conferência via internet fica condicionada a tal ato pela administração, devendo ser certificadas pelo servidor nos autos do processo, podendo o licitante apresentá-las já conferidas e autenticadas pelos emissores.

7.10. No caso de documentos que não tenham a sua validade expressa e ou legal, serão considerados válidos pelo prazo de 90 (noventa) dias contados a partir da data de sua emissão.

7.11. O licitante que não apresentar qualquer um dos documentos solicitados será declarado inabilitado na presente licitação.

7.12. Declarado inabilitado, o licitante fica excluído do certame sendo desconsiderada sua proposta comercial/oferta final.

7.13. Constatando o atendimento das exigências previstas no edital, o licitante será declarado vencedor, sendo o procedimento adjudicado pelo pregoeiro e homologado pela autoridade competente o objeto da licitação,

8. DOS RECURSOS / DA HOMOLOGAÇÃO

8.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente, isto é, não basta declarar o interesse em recorrer, **é indispensável** que indique expressamente o **motivo**, a razão do seu inconformismo. A intenção de recorrer deverá ser **digitada em campo próprio do sistema**, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso – **inserindo o documento na integra das razões no próprio sistema** -, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a

correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

8.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor.

8.3. O recurso contra decisão do pregoeiro terá efeito suspensivo e, no caso de acolhimento, importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.4. Havendo recurso o pregoeiro apreciará o mesmo e, caso não reconsidere sua posição, caberá à autoridade competente a decisão em grau final.

8.5. A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento mediante publicação no Diário Oficial de Porto Alegre.

8.6. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto ao licitante vencedor.

8.7. A diretoria da Carris deliberará acerca da homologação do certame podendo revogar a licitação, total ou parcialmente, nos termos do Decreto 14.189/03 e artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93.

8.8. Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo de 03 (três) dias úteis. Havendo recusa de firmar a assinatura, poderá ser convocado outro licitante, observando-se a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

8.9. Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente, ou ainda, que não atendam as condições estabelecidas neste edital.

9 DA FORMALIZAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

9.1 As obrigações decorrentes deste certame a serem firmadas entre a administração pública e o vencedor serão formalizadas através do termo de contrato e/ou ordens de compra observando-se as condições estabelecidas neste edital, seus anexos e na legislação vigente.

9.2 A formalização do instrumento contratual se dará a partir da assinatura do mesmo, que deverá ser efetuado após a homologação do certame pela diretoria da Carris.

9.3 A contratante emitirá ordem de compra para a aquisição/prestação de serviço, conforme detalhamento do Anexo II.

9.4 Após assinada pela diretoria da Carris, a administração enviará a ordem de compra à contratada, via e-mail, conforme dados **declarados pela própria, quando da entrega da documentação habilitatória habilitatória** - é de **responsabilidade da contratada** a viabilidade do recebimento de Ordem(ns) de Compra(s), bem como possíveis Penalidades, se for o caso - devendo estar atualizados conforme informação prestada pelo fornecedor através da documentação apresentada. Solicita-se a atenção quanto ao recebimento da(s) Ordem(ns) de Compra(s) da Contratante evitando a classificação como spam, sob pena de sanção administrativa.

9.5 O vencedor do certame terá 03 (três) dias úteis, contado da convocação por parte da Carris, para assinar o contrato.

9.6 A administração convocará, quando a primeira classificada recusar-se a assinar o contrato, a classificada subsequente para celebrá-lo, observados os requisitos

relativos ao preço proposto e qualificação habilitatória, estando o renunciante sujeito às sanções e penalidades cabíveis.

9.7 O período de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, durante o qual a Carris adquirirá **parceladamente**, relativamente aos itens licitados, a quantidade suficiente e necessária para suprir sua demanda de estoque, podendo ser prorrogando **somente** nos casos previstos na Lei n. 8.666/93 e suas alterações.

9.8 A contratada obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo, portanto, reapresentar documentos atualizados à medida que os prazos de validade forem expirando.

9.9 A contratada declarará sua estrita observância à Constituição Federal, que em seu artigo 7º, inciso XXXIII, proíbe o trabalho de menores de 18 anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres e de menores de 16 anos em qualquer trabalho, exceto na condição de aprendizes, a partir de 14 anos.

9.10 A contratada está ciente de que a comprovação de uso e mão-de-obra infanto-juvenil em suas atividades em desacordo com a legislação vigente facultará à contratante rescindir o presente contrato sem que sobre ele incida qualquer penalidade.

9.11. A Carris reterá na fonte as importâncias relativas à incidência de tributos quando houver previsão de tal recolhimento na legislação (INSS, ISSQN, COFINS, IR, etc.).

9.12. A contratante emitirá, conforme sua necessidade, ordens de compra para a aquisição parcelada dos materiais.

9.13. As quantidades elencadas neste edital referem-se ao consumo estimado mensal, servindo apenas como parâmetro (a administração não estará obrigada a aquisição de quantidades mínimas ou máximas).

9.14. Por parte da contratante o **gestor** do contrato será o Coordenador do Almoxarifado, sendo este responsável pela fiscalização e controle deste, nos termos do art. 67 da Lei 8.666/93.

10. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DO MATERIAL

10.1. O prazo de entrega do material será de **no máximo 05 (cinco) dias úteis** contados da data de recebimento da ordem de compra via e-mail – é de **responsabilidade da contratada** a viabilidade do recebimento de Ordem(ns) de Compra(s) por e-mail, devendo estarem atualizados conforme informação prestada pelo fornecedor através da documentação apresentada. Solicita-se a atenção quanto ao recebimento da(s) Ordem(ns) de Compra(s) da Contratante evitando a classificação como spam, **sob pena de sanção administrativa**.

10.2. O material deverá ser entregue no **Almoxarifado Administrativo** da Cia. Carris, sita na Rua Albion, 385, bairro São José, Porto Alegre, RS, de segunda a sexta-feira, no horário das **8h30min às 11h30min** e das **13h30min às 16h30min** (dias úteis). A mão-de-obra para descarregamento dos materiais bem como a realização de tal procedimento correrá **por conta da contratada**.

10.3. A contratada deverá prestar, sempre que solicitado pela contratante, assistência técnica e assessoramentos relativos aos objetos em questão.

10.4. A(s) contratada(s) deverá(ão) entregar o(s) material(is) na(s) embalagem(ns)/ unidade(s) de medida(s) prevista(s) neste edital sob pena de devolução do(s) mesmo(s).

10.5. A administração poderá, uma vez verificada que a falta do(s) material(is) ocasionará prejuízo ou transtorno, cancelar os itens da ordem de compra que estiverem

em atraso, mediante comunicação à contratada, sem prejuízo das sanções elencadas neste edital.

10.6. Nos termos dos artigos 73 a 76 da Lei 8.666/1993, mediante nota fiscal o objeto desta licitação será **recebido**:

10.6.1. Provisoriamente, no ato da entrega do(s) produto(s), para posterior verificação da conformidade do material com as especificações do objeto licitado;

10.6.2. Definitivamente, em até 7 (sete) dias úteis, contados do recebimento provisório, após criteriosa inspeção e verificação de que o produto adquirido encontra-se em perfeitas condições de utilização, além de atender às especificações do objeto contratado.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O **pagamento** à contratada será realizado no seguinte prazo, alternativamente:

11.1.1. se a entrega do produto ou serviço ocorrer entre o dia 1º (primeiro) e 10 (dez), o pagamento será realizado no dia 20 (vinte) do mesmo mês; ou,

11.1.2. se a entrega do produto ou serviço ocorrer entre os dias 11 (onze) e 31 (trinta e um), o pagamento será realizado no dia 10 (dez) do mês subsequente.

11.2. Para que o pagamento seja realizado nas datas fixadas acima, conforme o caso, a conclusão deverá ser acompanhada da emissão da respectiva nota fiscal de venda ou prestação de serviço, bem como da respectiva cobrança bancária.

11.3. Havendo qualquer ato ou fato imputável a Contratada que impeça o cumprimento do prazo, o mesmo só começará a ser computado a partir da data em que a circunstância impeditiva for superada.

11.4. A **nota fiscal deverá ser eletrônica**, e conter o número do processo e a modalidade licitatória correspondente (**PE113/2016**), bem como os números da ordem de compra e do contrato, e **ser emitida de acordo com as normas vigentes**. Deverá ser encaminhado para o **Almoxarifado Administrativo**, juntamente com a respectiva DANFE (Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica), a cobrança bancária para pagamento devem ser enviados para o e-mail: portaria.fiscal@carris.com.br. O arquivo das NFs eletrônicas devem ser enviados para o e-mail: nfe@carris.com.br.

11.5. Não será concedida antecipação de pagamento ainda que a requerimento do interessado.

11.6. Os preços constantes neste instrumento não serão reajustados, salvo se alterada a legislação e nas condições desta, ou por ocasião da prorrogação ou renovação contratual, se houver (após 12 meses), de acordo com índice acumulado do IGPM (apurado nos doze meses imediatamente anteriores).

12. DAS PENALIDADES

12.1. O descumprimento, total ou parcial, de quaisquer obrigações elencadas na ordem de compra ou edital, sujeitará a contratada às seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa indenizatória no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor total da ordem de compra;

III - Multa moratória no percentual de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da ordem de compra (quando a infração implicar descumprimento do prazo pactuado);

IV - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, a critério da última;

V - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja

promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

12.2. Ocorrendo descumprimento do prazo de entrega do material (ainda que parcial) a contratada estará sujeita, conjuntamente e no mesmo ato, à advertência e multas moratória e indenizatória nos termos do item acima. No caso de persistência do vício poderão ser aplicadas as sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade nos termos do item anterior. O atraso poderá ensejar, ainda, o cancelamento do(os) item(ns) faltante(s) e/ou rescisão da ordem de compra unilateralmente por parte da Administração.

12.3. A contratada estará sujeita à penalidade de suspensão temporária no caso de inadimplemento habitual com relação a contrato ou ordem de compra ou reincidência reiterada em atrasos de entrega de material, a critério da Administração, nos termos do item 12.1.

12.4. Constituem, também, hipóteses passíveis de aplicação da penalidade de suspensão temporária de licitar ou contratar com a Administração: apresentação de documentação falsa, desistência de proposta ofertada no certame, recusa de celebração de contrato, má-fé na execução contratual, comportamento inidôneo ou fraude fiscal.

12.5. A aplicação das sanções previstas nesta seção será precedida de prazo de 5 (cinco) dias úteis para defesa prévia do interessado.

12.6. No caso de aplicação de sanção caberá recurso ao interessado no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da penalidade via e-mail ou qualquer outro meio eletrônico.

12.7. A(s) multa(s) aplicada(s) será(ão) cobrada(s) através de Nota de Débito emitida pela Unidade de Finanças (Núcleo) da contratante, gerando um boleto para cobrança via rede bancária. Caso não haja quitação do boleto até a data do vencimento, acarretará o envio do documento para protesto e posterior cobrança contenciosa, se for o caso.

12.8. As penalidades aplicadas poderão ser registradas, esgotada a fase recursal, no Cadastro de Fornecedores ou de Prestadores de Serviços do Município - AQM/SMF e CESO/SMOV respectivamente - e, no caso de impedimento do direito de licitar e contratar, o licitante será descredenciado por igual período.

12.9. Quando comprovado que o material não corresponde ao especificado no edital, obrigará-se a empresa contratada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir as suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sob pena da contratante não considerar cumprida a obrigação.

12.10. A empresa que se **declarar** Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte para participar da disputa dos lances, obtendo os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014, e **não comprovar** essa condição, conforme solicitado na alínea "h" do subitem 7.5, estará sujeita às sanções previstas no art. 14 do Decreto Municipal nº 14.189 de 13/01/2004 e na Lei 8.666/93.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. A participação na licitação implica a aceitação integral de todas as condições, obrigações e responsabilidades contidas no presente edital.

13.2. Não serão aceitos documentos, propostas, impugnações ou recursos enviados por e-mail ou qualquer outro meio eletrônico.

13.3. Todas as propostas e documentos acostados aos autos do processo serão examinados e rubricados pelo pregoeiro e equipe apoio.

13.4. É facultada ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

13.5. Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

13.6. O pregoeiro é soberano para, fundamentadamente, desclassificar qualquer proposta, bem como sugerir a revogação da licitação, sem que assista aos proponentes direito a indenização ou ressarcimento, na forma da Lei.

13.7. A Carris reserva-se o direito de, a qualquer tempo, por conveniência administrativa, técnica ou financeira, anular ou revogar a presente licitação, no todo ou em parte, adjudicar somente parte do objeto, bem como adjudicando todo o objeto, no prazo de validade desta contratação, podendo aumentar a quantidade de acordo com o permitido em lei, sem que, com isso, caiba aos licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização, ressalvado o disposto nos art. 49 e 59 da Lei nº 8666/93.

13.8. Este edital poderá ser obtido na sede da Carris, ao custo de R\$ 0,30 (trinta centavos) por folha, consoante Decreto Municipal nº 11.243/95 ou ainda, sem ônus, no sítio da Carris (www.carris.com.br/licitações) e do Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br).

13.9. O teor da ata da sessão de abertura e julgamento das etapas deste certame, será disponibilizado no sítio do Portal de Compras Públicas.

13.10. O Diário Oficial de Porto Alegre, para os licitantes que assim preferirem, poderá ser consultado no endereço eletrônico: www2.portoalegre.rs.gov.br/dopa.

13.11. Eventuais dúvidas surgidas, na aplicação das normas estabelecidas no presente edital, bem como os casos omissos, serão dirimidas pela comissão permanente de licitação, amparada nos princípios gerais do instituto das licitações e de direito.

13.12. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, podendo a Comissão de Licitação, a qualquer tempo, promover diligências ou solicitar informações complementares julgadas necessárias.

Porto Alegre, 24 de novembro de 2016.

Vidal Pedro Dias Abreu
Diretor Administrativo-Financeiro

Arqº Sérgio L. D. Zimmermann
Diretor-Presidente

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE
E
DE CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII, ART. 7º DA CF

A
Companhia Carris Porto-Alegrense
A/C Sr(a). Pregoeiro(a)
Certame: Pregão eletrônico nº 113/2016
Objeto: Aquisição parcelada de EPI'S

Prezado(a) Senhor(a):

Declaro, sob as penas da lei, para fins do certame em epígrafe que a empresa _____, CNPJ _____, Inscrição Estadual _____, não foi declarada inidônea, para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do art. 87 da Lei 8.666/93, bem como comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira.

Declaro, também, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprego menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz().

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, ____ de _____ de _____.

CARIMBO DO CNPJ



(REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA)

Nome:
Cargo:
Empresa

Obs.: Este documento deverá, preferencialmente, ser redigido em papel timbrado da empresa. Quando a empresa licitante não possuir papel timbrado, deverá fazer a sua identificação na folha com, no mínimo, a razão social, número do CNPJ, endereço, telefone, e-mail – atualizados .

ANEXO II
DETALHAMENTO DO OBJETO

1. GENERALIDADES

1.1. A Companhia Carris Porto-Alegrense atua no perímetro urbano de Porto Alegre com transporte coletivo de passageiros por ônibus contando com uma frota de 358 (trezentos e cinquenta e oito) veículos e no seu quadro funcional tendo aproximadamente 1.800 (um mil e oitocentos) funcionários.

1.2. O presente certame tem por finalidade a contratação de empresa para fornecimento parcelado de EPI'S, **todos os produtos novos e sem uso.**

2. OBJETO

2.1. Os itens sob licitação são os relacionados a seguir:

RETIRE NOSSOS EDITAIS PELA INTERNET!

MANTENHA-SE ATUALIZADO COM O ANDAMENTO DO PROCESSO

www.carris.com.br

COMPANHIA CARRIS PORTO-ALEGRENSE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 113/2016

AQUISIÇÃO PARCELADA DE EPI'S

CÓD. ITEM	CONS. MENSAL	UN.	DENOMINAÇÃO CARRIS	DENOMINAÇÃO TÉCNICA	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	MARCA	REFERÊNCIA	CA
115240	03	PÇ	TOUCA DE BRIM	VESTIMENTA DE SEGURANÇA TIPO TOUCA	. <u>Especificação Técnica:</u> touca legionário (tipo árabe) para uso na proteção da cabeça e pescoço do usuário nas operações de pintura, indicada para o segmento operacional, confeccionada em tecido de brim, na cor azul royal. OBS.: a qualidade do EPI deverá ser igual ou superior ao modelo referenciado.	Santista	100% algodão	não possui (classificado como uniforme)
116246	03	PC	MASCARA P/SOLDA ELETRICA	MÁSCARA DE SOLDA DE SEGURANÇA	máscara de solda de segurança para serviços de soldagem aprovada para proteção dos olhos e face do usuário contra impactos de partículas volantes multidirecionais provenientes de serviços de soldagem, radiações ultravioleta e infravermelha e luminosidade intensa. Composição: escudo de celeron, sem carneira, com cabo confeccionado de fibra e aço; o visor fixo deverá suportar um filtro de luz com tonalidade "10", "11" ou "12" e a lente de segurança do filtro. OBS.: a qualidade do EPI deverá ser igual ou superior aos modelos referenciados.	Carbografite	0500 – máscara com cabo e visor fixo	6135
261036	01	PÇ	MACACÃO DE SEGURANÇA – TAMANHO G	VESTIMENTA DE SEGURANÇA TIPO MACACÃO	macacão de segurança aprovado para proteção do tronco, membros superiores e inferiores do usuário em operações com fibra de vidro. Confeccionado em fibra de polipropileno não tecido, que permite o calor e suor do corpo escapar, evitando as partículas de ficar dentro, com excelente resistência a abrasão, elástico no capuz, cintura, tomzelos e punhos. OBS.: a qualidade do EPI deverá ser igual ou superior ao modelo referenciado	Vicsa	STEELGEN/NEXGEN - VIC85111	20662
261037	01	PÇ	MACACÃO DE SEGURANÇA – TAMANHO XG					
123803	03	PÇ	PERNEIRA DE COURO	VESTIMENTA DE SEGURANÇA TIPO PERNEIRA (raspa)	perneira de segurança aprovada para proteção das pernas do usuário contra agentes térmicos, corrosivos e escoriantes. Confeccionada em raspa nobre de couro vacum; textura uniforme, com espessura, aproximadamente, de 4mm; fechamento com fivelas metálicas, inclusive sobre o pé, fixadas com arrebites. OBS.: a qualidade do EPI deverá ser igual ou superior aos modelos referenciados.	sem informação	sem informação	sem informação
43299	10	PÇ	ÓCULOS AMPLA VISÃO	ÓCULOS DE SEGURANÇA CONTRA AERODISPERSÓIDES	óculos de segurança aprovado para proteção dos olhos do usuário contra impactos de partículas volantes multidirecionais e respingos de produtos químicos; modelo ampla visão, constituído de armação confeccionada em uma única peça de PVC ou policarbonato incolor, flexível, ventilação indireta composta de válvulas ou fendas, visor de policarbonato incolor fixo/articulado na armação por meio de encaixe e/ou pinos de plástico. O ajuste à face do usuário poderá ser feito através de um tirante elástico. Poderá ser usado sobre óculos convencionais sem perder as características de vedação e conforto. OBS.: a qualidade do EPI deverá ser igual ou superior aos modelos referenciados.	Vicsa Carbografite Carbografite	VIC 56110 (visor incolor) 1900 2700 óculos de segurança ampla visão perfurado	19628 3453 6874

CÓD. ITEM	UM.	NOME TÉCNICO	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	MODELO/REFERÊNCIA DO EDITAL	MODELO/REFERÊNCIA PARA COTAÇÃO	VALOR UNITÁRIO
-----------	-----	--------------	-----------------------	-----------------------------	--------------------------------	----------------

115240	PC	VESTIMENTA DE SEGURANÇA TIPO TOUCA	Touca legionário (tipo árabe) para uso na proteção da cabeça e pescoço do usuário nas operações de pintura, indicada para o segmento operacional, confeccionada em tecido de brim, na cor azul royal.	Fabricante: Santista Referência: 100% algodão CA: não possui (classificado como uniforme)		
116246	PC	MÁSCARA DE SOLDA DE SEGURANÇA	Máscara de solda de segurança para serviços de soldagem aprovada para proteção dos olhos e face do usuário contra impactos de partículas volantes multidirecionais provenientes de serviços de soldagem, radiações ultravioleta e infravermelha e luminosidade intensa. Composição: escudo de celeron, sem carneira, com cabo confeccionado de fibra e aço; o visor fixo deverá suportar um filtro de luz com tonalidade "10", "11" ou "12" e a lente de segurança do filtro. OBS.: a qualidade do EPI deverá ser igual ou superior ao modelo referenciado	Fabricante/Marca: Carbografite Referência: 0500 – máscara com cabo e visor fixo CA6135		
123803	PR	VESTIMENTA DE SEGURANÇA TIPO PERNEIRA (raspa)	Perneira de segurança aprovada para proteção das pernas do usuário contra agentes térmicos, corrosivos e escoriantes. Confeccionada em raspa nobre de couro vacum; textura uniforme, com espessura, aproximadamente, de 4mm; fechamento com fivelas metálicas, inclusive sobre o pé, fixadas com arrebitos. OBS.: a qualidade do EPI deverá ser igual ou superior aos modelos referenciados.	Fabricante/Marca: sem informação Referência: sem informação CA: sem informação		

RETIRE NOSSOS EDITAIS PELA
INTERNET!
MANTENHA-SE ATUALIZADO COM O
ANDAMENTO DO PROCESSO
www.carris.com.br

COMPANHIA CARRIS PORTO-ALEGRENSE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 113/2016
AQUISIÇÃO PARCELADA DE EPI'S

261036	PC	VESTIMENTA DE SEGURANÇA TIPO MACACÃO	Macacão de segurança aprovado para proteção do tronco, membros superiores e inferiores do usuário em operações com fibra de vidro. Confeccionado em fibra de polipropileno não tecido, que permite o calor e suor do corpo escapar, evitando as partículas de ficar dentro, com excelente resistência a abrasão, elástico no capuz, cintura, tornozelos e punhos. TAMANHO G.	Fabricante/Marca: Vicsa Referência: STEELGEN/NEXGEN Modelo: VIC85111 CA: 20662		
261037	PC	VESTIMENTA DE SEGURANÇA TIPO MACACÃO	Macacão de segurança aprovado para proteção do tronco, membros superiores e inferiores do usuário em operações com fibra de vidro. Confeccionado em fibra de polipropileno não tecido, que permite o calor e suor do corpo escapar, evitando as partículas de ficar dentro, com excelente resistência a abrasão, elástico no capuz, cintura, tornozelos e punhos. TAMANHO XG.	Fabricante/Marca: Vicsa Referência: STEELGEN/NEXGEN Modelo: VIC85111 CA: 20662		

RETIRE NOSSOS EDITAIS PELA
INTERNET!
MANTENHA-SE ATUALIZADO COM O
ANDAMENTO DO PROCESSO
www.carris.com.br

COMPANHIA CARRIS PORTO-ALEGRENSE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 113/2016
AQUISIÇÃO PARCELADA DE EPI'S

43299	PC	ÓCULOS DE SEGURANÇA CONTRA AERODISPERSÓIDES	<p>Óculos de segurança aprovado para proteção dos olhos do usuário contra impactos de partículas volantes multidirecionais e respingos de produtos químicos; modelo ampla visão, constituído de armação confeccionada em uma única peça de PVC ou policarbonato incolor, flexível, ventilação indireta composta de válvulas ou fendas, visor de policarbonato incolor fixo/articulado na armação por meio de encaixe e/ou pinos de plástico. O ajuste à face do usuário poderá ser feito através de um tirante elástico. Poderá ser usado sobre óculos convencionais sem perder as características de vedação e conforto.OBS.: a qualidade do EPI deverá ser igual ou superior aos modelos referenciados.</p>	<p>Fabricante/Marca: Vicsa Referência: VIC 56110 (visor incolor) CA: 19628 Fabricante/Marca: Carbografite Referência: 1900 CA: 3453 Fabricante/Marca: Carbografite Referência: 2700 óculos de segurança ampla visão perfurado CA: 6874</p>		
-------	----	--	---	--	--	--

3. AMOSTRAS

3.1. Será exigida ao licitante vencedor do certame a amostra do item cotado, que terá o prazo de até 03 (três) dias úteis após ser considerado vencedor pelo sistema do Pregão Eletrônico do Cidade Compras; devendo a respectiva amostra ser entregue na **Unidade do SESMT** da Carris. A amostra fará parte integrante da proposta comercial e estará sujeita à aprovação da equipe técnica da Carris. Observada qualquer irregularidade na amostra, bem como no prazo acima, esta será considerada reprovada, ensejando a não adjudicação do fornecedor. Passando, por conseguinte, a ser chamado o segundo colocado que terá o mesmo prazo anteriormente citado para apresentação da amostra.

3.2. A eventual contradição entre a marca indicada na proposta comercial e a amostra apresentada ensejará a desclassificação do respectivo item.

3.3 De acordo com a NR6, cada amostra deverá apresentar o número do C.A. (Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho) gravado no equipamento e legível para a identificação do mesmo. **Cada amostra deverá possuir etiqueta** contendo a **identificação do licitante** (nome, telefone, número do PE, número do item, etc.), **código do item** cotado em conformidade com o Anexo II e modalidade e número do processo.

3.4 As amostras apresentadas serão avaliadas pela Unidade de SESMT da Carris. Na avaliação destas, serão utilizados critérios de qualidade quanto aos materiais empregados, acabamento, formato, conforto, segurança, CA, etc., de acordo com a Lei n.º 6514, Portaria n.º 3214/78, Norma Regulamentadora (NR) 6. Observada qualquer irregularidade na amostra ou mesmo no CA (prazo de validade expirado, etc.) esta será considerada reprovada ensejando a desclassificação do item correspondente e/ou do lote a que o item faz parte na proposta comercial.

3.8. As amostras **não aceitas** pela Unidade do Sesmt deverão ser retiradas pelos proponentes no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a homologação do certame pela Diretoria da Carris.

3.9. As **amostras** apresentadas pelo(s) proponente(s) **vencedores** só poderão ser retiradas após o término do certame que tem como prazo de 12 (doze) meses, findo este, os proponentes vencedores terão 20 (vinte) dias para a retirada da amostra, decorrido este período a administração não mais se responsabilizará pela sua guarda.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

4.1. As marcas citadas neste anexo servem como referência, podendo ser cotado material de igual ou superior qualidade (respeitados os detalhamentos técnicos elencados) desde que seja totalmente compatível com o sistema ao qual será agregado (quando for o caso), e **desde que aprovada pela área técnica da Cia Carris**, cabendo tais comprovações ao proponente.

4.2. Deverá ser cotada pelo menos uma marca para cada item, sob pena de desclassificação. A ocorrência de mais de uma marca (por item/lote) facultará à Administração a opção pelas aprovadas pelo SESMT, respeitado o disposto no item acima.

4.3. As quantidades elencadas no item 2.1, referem-se ao consumo mensal estimado, servindo apenas como parâmetro (a administração não estará obrigada à aquisição de quantidades mínimas ou máximas).

4.4. A contratante emitirá, conforme sua necessidade, ordens de compra para a aquisição parcelada dos materiais.

4.5. O material deverá ser entregue no **Almoxarifado Administrativo** da Cia. Carris, sita na Rua Albion, 385, bairro São José, Porto Alegre, RS, de segunda a sexta-feira, no horário das **8h30min às 11h30min** e das **13h30min às 16h30min** (dias úteis). A mão-de-obra para descarregamento dos materiais bem como a realização de tal procedimento correrá por conta da contratada.

4.6. O pagamento à contratada será realizado no seguinte prazo, alternativamente:

4.6.1. se a entrega do produto ou serviço ocorrer entre o dia 1º (primeiro) e 10 (dez), o pagamento será realizado no dia 20 (vinte) do mesmo mês; ou,

4.6.2. se a entrega do produto ou serviço ocorrer entre os dias 11 (onze) e 31 (trinta e um), o pagamento será realizado no dia 10 (dez) do mês subsequente.

4.7. Para que o pagamento seja realizado nas datas fixadas acima, conforme o caso, a conclusão deverá ser acompanhada da emissão da respectiva nota fiscal de venda ou prestação de serviço, bem como da respectiva cobrança bancária.

4.8. Havendo qualquer ato ou fato imputável a Contratada que impeça o cumprimento do prazo, o mesmo só começará a ser computado a partir da data em que a circunstância impeditiva for superada.

4.9. A **nota fiscal deverá ser eletrônica**, e conter o número do processo e a modalidade licitatória correspondente (**PE113/2016**), bem como os números da ordem de compra e do contrato, e **ser emitida de acordo com as normas vigentes**. Deverá ser encaminhado para o **Almoxarifado Administrativo**, juntamente com a respectiva DANFE (Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica), a cobrança bancária para pagamento devem ser enviados para o e-mail: portaria.fiscal@carris.com.br. O arquivo das NFs eletrônicas devem ser enviados para o e-mail: nfe@carris.com.br.

4.10. A contratada deverá prestar, sempre que solicitado pela contratante, assistência técnica e assessoramentos relativos ao objeto em questão.

4.11. Os proponentes que quiserem participar do lote - deverão cotar todos os itens do respectivo lote, sob pena de desclassificação da proposta comercial.

4.12. O licitante poderá optar por qual(is) item(ns) e/ou lote(s) irá(ão) cotar.

4.13. O período de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogando **somente** nos casos previstos na Lei n. 8.666/93 e suas alterações, durante o qual a Carris adquirirá relativamente aos itens licitados, a quantidade suficiente e necessária para suprir sua demanda de estoque.

4.14. O licitante, por motivo de sistema, no campo quantidade da proposta comercial deverá colocar apenas "1", sob pena de desclassificação; pois a quantidade é estimada, tendo em vista que a administração não está obrigada à aquisição de quantidades mínimas ou máximas, sendo que o presente instrumento convocatório refere-se à aquisição parcelada do objeto em epígrafe com quantidade estimada mensal de consumo.

4.15. O licitante, quando for colocar a proposta junto ao sitio do Portal de Compras Públicas, deverá sempre colocar o **valor unitário**, ou seja, no campo unitário o **valor da unidade e**, no campo total deverá ser digitado o mesmo valor unitário. Caso o certame for separado em **lote(s)**, deverá ser **somada uma unidade de cada item do lote** e digitado no sistema o **valor total desta soma tanto no campo unitário como no campo total, isto é, o valor do lance ofertado deverá ser o somatório dos valores unitários do itens que contém o referido lote**.

4.16. O prazo de entrega do material será de no máximo 05 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento da ordem de compra via e-mail – é de **responsabilidade da contratada** a viabilidade do recebimento de Ordem(ns) de Compra(s) por e-mail devendo estarem atualizados conforme informação prestada pelo

fornecedor através da documentação apresentada. Solicita-se a atenção quanto ao recebimento da(s) Ordem(ns) de Compra(s) da Contratante evitando a classificação como spam, sob pena de sanção administrativa da data de recebimento da ordem de compra via e-mail.

4.17. Os preços propostos serão considerados completos, abrangendo todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para-fiscais), fornecimento de mão-de-obra especializada, leis sociais, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal e qualquer despesa acessória e/ou necessária, não especificada neste edital para o fornecimento e entrega dos materiais na sede da Carris.

4.18. A proposta comercial/lance final que apresentar item/lote com preço elevado (com relação ao praticado no mercado, à última compra ou valor orçado pela Administração) poderá ser desclassificada/não ser adjudicada.

4.19. A(s) contratada(s) deverá(ão) entregar o(s) material(is) na(s) embalagem(ns) /unidade(s) de medida(s) prevista(s) neste edital sob pena de devolução do(s) mesmo(s).

Porto Alegre, 24 de novembro de 2016.

Vidal Pedro Dias Abreu
Diretor Administrativo-Financeiro

Arqº Sérgio L. D. Zimmermann
Diretor-Presidente

ANEXO III
FORMULÁRIO PARA PROPOSTAS

**Antes de preencher este formulário, leia atentamente o Anexo II (Detalhamento do Objeto).*

Itens isolados

COD. ITEM	DESCRIÇÃO	SOC	UN.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	MARCA PROPOSTA	CA
115240	TOUCA DE BRIM	75501	PÇ			
116246	MASCARA P/SOLDA ELETRICA	75501	PC			
43299	ÓCULOS AMPLA VISÃO	75501	PÇ			

Lote : MACACÃO DE SEGURANÇA

COD. ITEM	DESCRIÇÃO	SOC	UN.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	MARCA PROPOSTA	CA
261036	MACACÃO DE SEGURANÇA – TAMANHO G	75501	PÇ			
261037	MACACÃO DE SEGURANÇA – TAMANHO XG	75501	PÇ			
VALOR GLOBAL (soma do valor unitário de cada item)						

Condições de fornecimento conforme previsto no edital e anexos do Pregão Eletrônico n.º 113/2016 promovida pela Companhia Carris Porto-Alegrense.

CARIMBO DO CNPJ

(REPRESENTANTE LEGAL)

Nome:

Cargo:

Obs.: Este documento deverá, preferencialmente, ser redigido em papel timbrado da empresa. Quando a empresa licitante não possuir papel timbrado, deverá fazer a sua identificação na folha com, no mínimo, a razão social, número do CNPJ, endereço, telefone, e-mail – atualizados

ANEXO IV
MINUTA DE CONTRATO

Termo de contrato de fornecimento parcelado de EPI'S que fazem entre si Companhia Carris Porto-Alegrense e _____, em decorrência do processo de licitação nº 113/2016, modalidade Pregão Eletrônico.

Companhia Carris Porto-Alegrense, sociedade de economia mista, sob controle acionário do município de Porto Alegre, com sede nesta capital, na Rua Albion nº 385, inscrita no CNPJ sob nº 92.675.255/0001-72 e Inscrição Estadual nº 096/0650962, neste ato representada por seus Diretores Presidente e Administrativo-Financeiro, denominada contratante e _____, com sede na _____, inscrita no CNPJ sob nº 00.000.000/0000-00, e Inscrição Estadual nº 000/0000000, telefone 00000000, representada neste ato por seu sócio-diretor, Sr. _____, doravante denominada contratada, ajustam entre si o presente contrato que se regerá pela Lei 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A contratada fornecerá parceladamente à contratante, EPI'S, novos e sem uso, conforme disposto no registro de licitação e descrição a seguir:

Parágrafo primeiro: Os itens/lotes a serem fornecidos pela contratada são:

CÓD. ITEM	DESCRIÇÃO	SOC	UN.	VALOR UNITÁRIO-R\$	REFERÊNCIA	MARCA PROPOSTA	CA

Parágrafo segundo: A contratante adquirirá as quantidades suficientes e necessárias para suprir sua demanda de estoque não estando obrigada à aquisição de quantidades mínimas ou máximas. A contratante emitirá ordens de compra para a aquisição parcelada dos materiais.

Parágrafo terceiro: O prazo de entrega dos materiais será de **no máximo** 05 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento da ordem de compra via e-mail – é de **responsabilidade da contratada** a viabilidade do recebimento de Ordem(ns) de Compra(s) por e-mail, devendo estar atualizados conforme informação prestada pelo fornecedor através da documentação apresentada. Solicita-se a atenção quanto ao recebimento da(s) Ordem(ns) de Compra(s) da Contratante evitando a classificação como spam, sob pena de sanção administrativa.

Parágrafo quarto: O material deverá ser entregue no **Almoxarifado Administrativo** da Cia. Carris, sita na Rua Albion, 385, bairro São José, Porto Alegre, RS, de segunda a sexta-feira, no horário das **8h30min às 11h30min** e das **13h30min às 16h30min** (dias úteis). A mão-de-obra para descarregamento dos materiais bem como a realização de tal procedimento correrá por conta da contratada.

Parágrafo quinto: A contratada deverá entregar os materiais nas unidades de medidas previstas neste contrato sob pena de devolução dos mesmos.

Parágrafo sexto: A administração poderá, uma vez verificada que a falta do(s) material(is) ocasionará prejuízo ou transtorno, cancelar os itens da ordem de compra que estiverem em atraso, mediante comunicação à contratada, sem prejuízo das sanções elencadas neste edital.

Parágrafo sétimo: Após assinada pela diretoria da Carris, a administração enviará a ordem de compra/serviço à contratada, via e-mail, conforme dados **declarados pela própria, quando da entrega da documentação habilitatória**.

Parágrafo oitavo: A contratada deverá prestar, sempre que solicitado pela contratante, assistência técnica e assessoramentos relativos aos objetos em questão.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS VALORES/PAGAMENTO

Dá-se a este contrato, como valor global estimado, a importância de R\$ _____ (_____ reais), para a entrega parcelada dos materiais previstos na Cláusula Primeira e para totalização do período constante na Cláusula Terceira.

Parágrafo primeiro: Os valores unitários dos materiais objetos deste contrato são aqueles descrito no parágrafo primeiro da Cláusula Primeira deste instrumento.

Parágrafo segundo: O pagamento à contratada será realizado no seguinte prazo, alternativamente:

- I. se a entrega do produto ou serviço ocorrer entre o dia 1º (primeiro) e 10 (dez), o pagamento será realizado no dia 20 (vinte) do mesmo mês; ou,
- II. se a entrega do produto ou serviço ocorrer entre os dias 11 (onze) e 31 (trinta e um), o pagamento será realizado no dia 10 (dez) do mês subsequente.

Parágrafo terceiro: Para que o pagamento seja realizado nas datas fixadas acima, conforme o caso, a conclusão deverá ser acompanhada da emissão da respectiva nota fiscal de venda ou prestação de serviço, bem como da respectiva cobrança bancária.

Parágrafo quarto: Havendo qualquer ato ou fato imputável a Contratada que impeça o cumprimento do prazo, o mesmo só começará a ser computado a partir da data em que a circunstância impeditiva foi superada.

Parágrafo quinto: A **nota fiscal deverá ser eletrônica**, e conter o número do processo e a modalidade licitatória correspondente (**PE113/2016**), bem como os números da ordem de compra e do contrato, e **ser emitida de acordo com as normas vigentes**. Deverá ser encaminhado para o **Almoxarifado Administrativo**, juntamente com a respectiva DANFE (Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica), a cobrança bancária para pagamento devem ser enviados para o e-mail: portaria.fiscal@carris.com.br. O arquivo das NFs eletrônicas devem ser enviados para o e-mail: nfe@carris.com.br.

Parágrafo sexto: Não será concedida antecipação de pagamento ainda que a requerimento do interessado.

Parágrafo sétimo: Os preços constantes neste instrumento não serão reajustados salvo se alterada a legislação e nas condições desta, ou por ocasião da prorrogação ou renovação contratual, se houver (após 12 meses), de acordo com índice acumulado do IGPM (apurado nos doze meses imediatamente anteriores).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O período de vigência deste instrumento é de **12 (doze) meses**, iniciando-se em ___/___/___ e findando-se em ___/___/___, podendo ser prorrogando **somente** nos casos previstos na Lei n. 8.666/93 e suas alterações, durante o qual a Carris adquirirá relativamente aos itens licitados, a quantidade suficiente e necessária para suprir sua demanda de estoque

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São imputadas à contratada as seguintes obrigações, sem prejuízo das demais previstas neste instrumento, no edital de licitação e legislação aplicável:

Parágrafo primeiro: A contratada declara sua estrita observância à Constituição Federal, que em seu artigo 7º, inciso XXXIII, proíbe o trabalho de menores de 18 anos

em atividades noturnas, perigosas ou insalubres e de menores de 16 anos em qualquer trabalho, exceto na condição de aprendizes, a partir de 14 anos.

Parágrafo segundo: A contratada se declara ciente de que a comprovação de uso e mão-de-obra infanto-juvenil em suas atividades, em desacordo com a legislação citada acima, facultará à contratante rescindir o presente contrato sem que sobre ele incida nenhuma penalidade.

Parágrafo terceiro: A contratada assume, como exclusividade sua, os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento de material, mão-de-obra, aparelhos e equipamentos necessários a boa e perfeita execução do presente instrumento, responsabilizando-se, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados à contratante ou a terceiros.

Parágrafo quarto: A contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculados à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, decorrentes da execução do presente instrumento, cujo cumprimento e responsabilidade caberão exclusivamente à contratada.

Parágrafo quinto: A contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados a execução do presente instrumento, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de atos praticados por seus empregados, prepostos ou subordinados.

Parágrafo sexto: A contratada obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo, portanto, reapresentar documentos atualizados à medida que os prazos de validade forem expirando.

Parágrafo sétimo: A contratada deverá fornecer aos profissionais que atuarem sob sua supervisão os EPIs necessários à execução do presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DA ACEITAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Caberá à contratante, a seu critério exercer ampla e permanente fiscalização acerca do estatuído neste instrumento.

Parágrafo primeiro: A contratada declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela contratante.

Parágrafo segundo: A existência e atuação do controle dos serviços prestados em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne aos serviços e suas conseqüências e implicações, próximas ou remotas.

Parágrafo terceiro: A contratada deverá observar as normas vigentes de segurança do trabalho e aplicá-las no que couber, relativamente ao presente contrato.

Parágrafo quarto: O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte.

Parágrafo quinto: Por parte da contratante o **gestor** do contrato será o Coordenador do Almoxarifado Administrativo, sendo este responsável pela fiscalização e controle deste, nos termos do art. 67 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - DAS SANÇÕES / PENALIDADES

O descumprimento, total ou parcial, de quaisquer obrigações elencadas na ordem de compra ou neste instrumento, sujeitará a contratada às seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa indenizatória no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor total da ordem de compra

III - Multa moratória no percentual de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da ordem de compra (quando a infração implicar descumprimento do prazo pactuado);

IV - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, a critério da última;

V - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Parágrafo primeiro: Ocorrendo descumprimento do prazo de entrega do material (ainda que parcial) a contratada estará sujeita, conjuntamente e no mesmo ato, à advertência e multas moratória e indenizatória nos termos do *caput*. No caso de persistência do vício poderão ser aplicadas as sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade nos termos do *caput*. O atraso poderá ensejar, ainda, o cancelamento do(s) item(ns) faltantes e/ou rescisão do contrato unilateralmente por parte da Administração.

Parágrafo segundo: A contratada estará sujeita à penalidade de suspensão temporária no caso de inadimplemento habitual com relação a este instrumento ou ordem de compra ou reincidência reiterada em atrasos de entrega de material, a critério da Administração, nos termos do item *caput*.

Parágrafo terceiro: Constituem, também, hipóteses passíveis de aplicação da penalidade de suspensão temporária de licitar ou contratar com a Administração: apresentação de documentação falsa, desistência de proposta ofertada no certame, recusa de celebração de contrato, má-fé na execução contratual, comportamento inidôneo ou fraude fiscal.

Parágrafo quarto: A aplicação das sanções previstas nesta seção será precedida de prazo de 5 (cinco) dias úteis para defesa prévia do interessado.

Parágrafo quinto: No caso de aplicação de sanção caberá recurso ao interessado no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da penalidade via e-mail ou qualquer outro meio eletrônico.

Parágrafo sexto: A(s) multa(s) aplicada(s) será(ão) cobrada(s) através de Nota de Débito emitida pela Unidade de Finanças (Núcleo) da contratante, gerando um boleto para cobrança via rede bancária. Caso não haja quitação do boleto até a data do vencimento, acarretará o envio do documento para protesto e posterior cobrança contenciosa, se for o caso.

Parágrafo sétimo: As penalidades aplicadas poderão ser registradas, esgotada a fase recursal, no Cadastro de Fornecedores ou de Prestadores de Serviços do Município - AQM/SMF e CESO/SMOV respectivamente - e, no caso de impedimento do direito de licitar e contratar, o licitante será descredenciado por igual período.

Parágrafo oitavo: Quando comprovado que o material não corresponde ao especificado no edital, obrigar-se-á a empresa contratada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir as suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sob pena da contratante não considerar cumprida a obrigação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

A ocorrência de um ou mais fatos elencados no art. 78 da Lei 8.666/93, importará em sua rescisão, independente das sanções previstas no art. 87 do mesmo diploma.

CLÁUSULA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO OFICIAL

A contratante providenciará a publicação, no Diário Oficial, em resumo, do presente contrato de acordo com o prazo estabelecido no parágrafo único, art. 61 da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA NONA - DA VINCULAÇÃO

Fica vinculado o presente instrumento ao termo do Pregão Eletrônico nº 113/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Porto Alegre como único e competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E por estarem justas e contratadas, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas.

Porto Alegre, __ de ____ de ____.

CONTRATANTE:

CONTRATADA:

ANEXO V

DECLARAÇÃO NEGATIVA DE DOAÇÃO ELEITORAL
Lei Municipal 11.925/2015

Declaro, sob as penas da lei, para os devidos fins, que a empresa _____, CNPJ nº. _____ não realizou doação em dinheiro, ou bem estimável em dinheiro, para partido político ou campanha eleitoral de candidato a cargo eletivo, a contar do dia 02 de outubro de 2015.

_____, ____ de _____ de _____.

CARIMBO DO CNPJ



(REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA)

Nome:

Cargo:

Empresa:

Obs.: Este documento deverá, preferencialmente, ser redigido em papel timbrado da empresa. Quando a empresa licitante não possuir papel timbrado, deverá fazer a sua identificação na folha com, no mínimo, a razão social, número do CNPJ, endereço, telefone e e-mail – **devidamente atualizados**.